

o Sr. Presidente registrou as presenças dos convidados, o Sr. Júlio Saraiva, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; a Sra. Luciana de Almeida Lemos, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro; a Sra. Lívia Corrêa, Defensora Pública e Coordenadora do 8º Núcleo de Tutela Coletiva; a Sra. Tatiana Oliver Guerrero de Souza, Diretora de Operações da Agência Estadual de Fomento do Rio de Janeiro (AgeRio); o Sr. Gustavo Madureira Fonseca, Diretor Jurídico da AgeRio; a Sra. Gilda Fátima De Oliveira da Silva Baltar, Assessora Institucional da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agensera); o Sr. Hingo Hammes, Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis; o Sr. Frederico Procópio Mendes, Vereador de Petrópolis; o Sr. Eduardo Costa, Presidente da Federação das Associações de Moradores de Petrópolis (FAMPE); e o Sr. Paulo José de Souza, Diretor da FAMPE. Em seguida, o Sr. Presidente informou que o Sr. João Henrique de Sá, Diretor da empresa Águas do Imperador, foi convidado para a Audiência, porém informou que não poderia comparecer. Também registrou as ausências dos senhores, Almir Schmidt, Secretário Municipal de Obras de Petrópolis; Maurício Veiga, Diretor do Departamento de Habitação e Regularização Fundiária da Secretaria de Obras de Petrópolis; Fernando Araújo, Secretário Municipal de Assistência Social de Petrópolis; a Sra. Karoline Cerqueira, Coordenadora de Direitos Humanos de Petrópolis; e o Sr. Rubens Bomtempo, Prefeito de Petrópolis. Dando continuidade, o Sr. Presidente registrou que um funcionário da Prefeitura de Petrópolis protocolou o Ofício GP nº311/2022 minutos antes da Audiência e leu o documento que expõe as considerações do Sr. Prefeito de Petrópolis junto com um extrato do Banco do Brasil, que ao que tudo indica, seria a agência de recebimento do valor aportado pela Assembleia Legislativa ao município de Petrópolis, chamando atenção para o último movimento realizado no extrato de conta corrente, no dia dezesseis de maio de dois mil e vinte dois, no montante de três milhões e quinhentos mil reais, mas que não há indicação do destinatário desse depósito. O Sr. Presidente reforçou que o Sr. Prefeito também apresentou à Comissão cópia, quase na integralidade, dos mesmos documentos que já apresentados anteriormente, mas que falta clareza na prestação de contas sobre onde estariam sendo aportados os recursos. Prosseguindo, o Sr. Presidente leu a ata da primeira Reunião Ordinária da Comissão, ressaltando que foi aprovada a deliberação dos convites para os Secretários Municipais de Petrópolis, e que novamente os mesmos não compareceram, como também foi aprovada a deliberação para convocação do Sr. Prefeito de Petrópolis para esclarecimentos sobre a utilização dos recursos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro repassados ao município de Petrópolis. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra para os Deputados presentes, que fizeram suas considerações. O Sr. Deputado Alexandre Freitas indicou a necessidade da participação de representantes do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) nas próximas reuniões, tendo sua solicitação acolhida pelo Sr. Presidente. Em seguida o Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. Relator, Deputado MARCUS VINÍCIUS, que propôs a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), considerando o maior poder de investigação de uma CPI. Prosseguindo, o Sr. Presidente colocou em deliberação para que o Sr. Prefeito de Petrópolis fosse notificado presencialmente a comparecer imediatamente à Audiência em curso, inclusive sendo ofertado um meio de locomoção para essa finalidade, sendo a deliberação aprovada por unanimidade pelos membros da Comissão. Para a entrega da notificação foi designado o Secretário da Comissão, que compareceu presencialmente à Prefeitura de Petrópolis para entrega em mãos ao Sr. Prefeito. O Secretário registrou na notificação que aguardou na Prefeitura até o fim do expediente, porém não foi recebido pelo Sr. Rubens Bomtempo, mesmo o Sr. Prefeito ciente que o estavam aguardando. Prosseguindo, o Sr. Presidente colocou em deliberação a iniciativa de requerimento de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, caso seja frustrada a tentativa de notificação ao Sr. Prefeito de Petrópolis, sendo a deliberação aprovada por unanimidade. Após as deliberações, o Sr. Presidente passou a palavra para os convidados. A doutora Luciana Lemos informou que o Estado e o município de Petrópolis chegaram a um consenso em relação ao cadastro do Aluguel Social e que está ocorrendo um mutirão para o cadastramento. Esclareceu que os problemas verificados pela Defensoria que impediram o pagamento de vários beneficiários parecem estar sendo resolvidos. A Defensora informou também que o Estado, até a data da audiência, havia pagado mil duzentos e noventa e cinco beneficiários, com o valor de oitocentos reais, e que em relação ao município de Petrópolis, só se consegue as informações através do site, que foi consultado no início da Audiência, constando o pagamento para cento e sessenta e oito beneficiários com os duzentos reais complementares, sendo que os dados estão atualizados até o dia vinte e cinco de abril nesse site. afirmou também que o cadastro está muito incompleto, constando apenas o nome do locador, o nome do beneficiado e o valor recebido de duzentos reais. Segundo a Defensora Pública, a Defensoria vai continuar observando se, efetivamente, esses erros vão ser solucionados através do mutirão. Foi relatado também que a Defensoria ficou sem resposta em relação aos ofícios expedidos pelo Oitavo Núcleo de Tutela Coletiva, desde janeiro de dois mil e vinte e dois, sendo os mesmos respondidos após sua saída do cargo de coordenadora do núcleo, porém a atual titular do cargo, a doutora Lívia Corrêa, informou que a Secretaria de Assistência Social continua sem responder os ofícios. Prosseguindo, a Dra. Luciana Lemos informou que o Cartão Recomeçar, que é um benefício que visa a compra de móveis e eletrodomésticos para vítimas da tragédia, foi regulamentado pelo Estado em dois de maio, mas o município ainda não enviou as informações de quais seriam os beneficiados, afirmando que o benefício ainda não foi implementado por falta de prestação de informações pelo município de Petrópolis. Acrescentou ainda que há outro benefício que foi prometido pelo município, o Cartão Imperial, para o pagamento de setenta reais por pessoa para ajuda alimentícia, mas que até o momento não foi regulamentado pelo município de Petrópolis. A doutora Luciana também fez considerações em relação às ruas que estão destruídas e sobre a coleta de lixo que não está funcionando, mostrando preocupação com a propagação da Dengue devido ao lixo acumulado que facilita a proliferação do mosquito. A doutora Luciana informou também que, de acordo com uma reportagem do jornal "A Tribuna", são noventa e oito obras emergenciais necessárias, mas que o Município só havia iniciado vinte e concluído cinco dessas obras. Acrescentou que é uma preocupação da Defensoria e do Ministério Público para que o Estado e o Município se acertem em relação a responsabilidade de cada uma das obras, pois os bairros periféricos estão com destroços e entulhos no meio da rua e que, com o retorno do período chuvoso, será uma tragédia anunciada. Por fim a Defensora mostrou preocupação também com a realocação definitiva das famílias, pois o Aluguel Social é um benefício temporário de dois anos e que já houve situações de famílias que perderam o benefício sem terem sido realocadas definitivamente. Acrescentou que não se devem repetir erros de outros conjuntos habitacionais que apresentam vários problemas, como problemas estruturais, violência, falta de escolas, transporte, lazer. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra para a doutora Lívia Corrêa, que ratificou as palavras da doutora Luciana e afirmou que assumiu o Oitavo Núcleo de Tutela Coletiva no início de maio e que em duas semanas de trabalho encontrou uma Prefeitura fechada para o diálogo, pois a Defensoria além de cobrar, quer propor políticas públicas, mas que não conseguem respostas ou essas chegam tardiamente, tomando inúteis os ofícios expedidos, pois as situações urgentes já teriam passado. Informou também que enviou ofício para a Secretaria de Assistência Social para saber sobre qual é o planejamento da Prefeitura para realocação das famílias que ainda se encontram em abrigos, mas não obteve resposta. Prosseguindo, o Sr. Presidente questionou sobre um pedido judicial para uma intervenção no município, que foi esclarecido pela doutora Luciana que na verdade se tratava de uma ação individual de dois mil e vinte, que o Núcleo Cível da Defensoria Pública deu entrada, tendo sido obtido uma liminar para realização de uma obra, que não foi cumprida pelo Município, e que houve sequestro de aproximadamente cento e noventa e dois mil reais para a realização desta obra por um particular. Informou também que se a liminar tivesse sido cumprida, o valor despendido seria inferior, pois houve uma piora da situação com os eventos de chuvas. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra para o

Sr. Júlio Saraiva, que explicou melhor os números dos beneficiários informados pela doutora Luciana Lemos, informando também que a responsabilidade pelo cadastro é do Município e que a Secretaria Estadual está apoiando Petrópolis e qualquer outra cidade que tenha necessidade de apoio do Estado. O Secretário adicionou informações sobre o Cartão Recomeçar, informando que a ideia é utilizar a lista de beneficiários do Aluguel Social para ser utilizado na concessão do benefício. Em relação ao relacionamento com a Prefeitura, o Secretário de Estado informou que não está tendo problemas no relacionamento com o Secretário Municipal. O Sr. Secretário Estadual fez uma breve explicação de como é feito o pagamento dos benefícios pelo Estado e finalizou sua explanação. Em seguida, o Sr. Presidente fez um questionamento se a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos tinha conhecimento das cestas básicas que estavam guardadas num sindicato privado, como constatado durante uma visita técnica da Comissão. O Sr. Secretário Estadual informou que descobriu pela imprensa e pela Comissão que as cestas básicas ainda não haviam sido distribuídas e que o Estado disponibilizou as cestas em um galpão de Mesquita, sendo as mesmas retiradas pelo Município. Prosseguindo, a Dra. Luciana Lemos fez uma intervenção, informando que as cestas básicas só foram retiradas do galpão de Mesquita após uma recomendação da Defensoria Pública, que recebeu uma denúncia do Vereador de Petrópolis Eduardo do Blog. A Defensora Pública informou também que o mutirão só foi divulgado pela Prefeitura na véspera e após um ofício da Defensoria. Explicou que as pessoas estão indo ao mutirão apenas para receber o Aluguel Social, que o Cartão Recomeçar também abarcam pessoas que não têm direito ao Aluguel Social e por isso é importante que a Prefeitura passe a listagem para o Estado, ou ao menos torne público uma convocação da população com os requisitos para que as pessoas recebam o benefício do Cartão Recomeçar. Após, o Sr. Presidente informou que durante a visita técnica foi constatado que as cestas básicas estavam datadas, tendo sido disponibilizadas dias depois do primeiro episódio de chuvas, mas que até a visita da Comissão à Petrópolis ainda não haviam sido distribuídas. Em seguida, o Sr. Hingo Hammes expôs preocupação em relação à parte orçamentária da prestação do benefício do Aluguel Social, ressaltando que o Município não tem condições de sustentar o impacto orçamentário da prestação desse benefício. Prosseguindo, o Sr. Presidente apresentou fotos atualizadas da situação do Morro da Oficina para que integre o relatório da Comissão, indicando que os serviços básicos municipais não estão sendo prestados no local. O Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. Natal, voluntário de resgate às vítimas do Morro da Oficina, que fez suas considerações sobre as necessidades da população de Petrópolis. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra para a Sra. Tatiana Oliver Guerrero de Souza, que fez um breve relato das ações da AgeRio, reforçando que os números apresentados estão disponíveis na transparência do site da Agência de Fomento, numa seção específica para o Programa Reconstruir Petrópolis. Além disso, a Sra. Tatiana explicou que o fato de alguns empreendedores não conseguirem ter acesso ao programa foi porque o programa tem critérios técnicos de enquadramento definidos na própria legislação do programa. Em relação às novas dotações, ainda não há nada estabelecido, pois a dotação atual foi toda comprometida e está sendo trabalhada para o fechamento do ciclo para liberação dos recursos para os financiados. Após a explanação, o Sr. Presidente sugeriu aos membros da Comissão um esforço para aprovação, junto à Mesa Diretora, de uma suplementação dos recursos para que AgeRio possa ampliar os beneficiários do programa. Prosseguindo, o Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. Vereador Frederico Procópio, que questionou sobre o Relatório da Comissão, sendo esclarecida a situação pelo Sr. Presidente e demais membros da Comissão Especial. Em seguida, o Sr. Frederico Procópio discorreu sobre a concessão pública de saneamento de água e esgoto realizada pela empresa Águas do Imperador e questionou à Sra. Gilda Fátima Baltar, Assessora Institucional da Agensera, sobre se o município de Petrópolis já havia manifestado interesse em aderir à Agensera para que a agência se torne Agência Reguladora das Águas do Imperador, devido à dificuldade do município em realizar a fiscalização do contrato de concessão, sendo evidenciado pelo problema ocorrido no túnel extravasos, que destruiu o calçamento de algumas casas e levou alguns veículos durante as chuvas ocorridas. A Sra. GILDA BALTAR disse não ter conhecimento, mas se colocou à disposição para verificar se houve esse interesse por parte do município de Petrópolis. Informou também que a Agensera está à disposição, mas que para se tornar Agência Reguladora das Águas do Imperador é necessário o interesse da Prefeitura de Petrópolis, bastando um ofício formalizando esse interesse para iniciar o processo de adesão. Em seguida, o Sr. Frederico Procópio solicitou que fosse incluído, no Relatório da Comissão, a recomendação para que o município de Petrópolis faça a adesão à Agensera para regular a concessão do serviço público realizado pela empresa Águas do Imperador. Prosseguindo, o Sr. Presidente passou a palavra para os representantes da FAMPE. O Sr. Eduardo Costa agradeceu o convite para a Audiência, reforçou a importância de continuar fiscalizando a utilização de recursos públicos doados à Petrópolis e fez considerações sobre a ausência de representantes da empresa Águas do Imperador na Audiência. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. Paulo José de Souza, que fez considerações sobre o Cartão Recomeçar e fez um pedido para que fosse feita uma divulgação na cidade para que a população fique ciente dos requisitos para solicitar o benefício. Em seguida, o Sr. Paulo pediu atenção para a galeria de águas pluviais do Alto da Serra, onde há frequentes inundações durante as chuvas. Prosseguindo, o Sr. Presidente sugeriu a criação de uma cartilha, em um trabalho conjunto, para auxiliar a população de Petrópolis sobre como pleitear os benefícios. Prosseguindo, o Sr. Presidente passou a palavra novamente ao Sr. Natal, que discorreu sobre suas expectativas em relação à Comissão e pediu para que seja feita uma nova Audiência Pública na cidade de Petrópolis. Em seguida, a Sra. Deputada Adriana Balthazar respondeu aos questionamentos do Sr. Natal, informando que o Sr. Prefeito de Petrópolis deverá ser responsabilizado, pelo fato do mesmo estar em seu quarto mandato, sendo dois antes da tragédia ocorrida na cidade em dois mil e onze e um após a tragédia, além do mandato atual, sendo que também atuou como Vice-Prefeito em outro mandato. A Sra. Deputada também expôs denúncias de municípios recebidas pelas redes sociais, como a falta de coleta de lixo pela Prefeitura. Prosseguindo, o Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. Hingo Hammes, que reiterou o pedido para que a Comissão coloque em pauta a questão orçamentária para o próximo ano. Esclareceu também que o mutirão que está sendo realizado para cadastramento dos beneficiários do Aluguel Social será realizado até o dia dez de junho de dois mil e vinte e dois. Em seguida, o Sr. Hingo Hammes finalizou sua fala agradecendo à AgeRio pelo trabalho realizado para atender as necessidades dos empresários de Petrópolis, contribuindo para a retomada econômica do Município. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. Deputado Marcus Vinícius, Relator da Comissão, que fez suas considerações finais. Por fim, o Sr. Presidente agradeceu a presença e colaboração de todos os participantes e deu por encerrada a presente reunião, cujo link <https://www.youtube.com/watch?v=GFEik7TLbsc> contém sua íntegra, bem como seu inteiro teor consta nas notas taquigráficas arquivadas na Sala das Comissões, da qual, para constar, eu, Gabriel de Carvalho, matrícula 201.867-9, Secretário, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelo Sr. Presidente. Sala das Comissões, 17 de maio de 2022. (a) Gabriel de Carvalho; (a) Deputado Rodrigo Amorim - Presidente.

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO PARA ACOMPANHAR A IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO DE GOVERNANÇA DA REGIÃO METROPOLITANA NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 184 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018.

(REQUERIMENTO Nº 164/2019)

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e dois, a Comissão de Representação em epígrafe, instituída pelo Requerimento nº 164/2019, reuniu-se para realização da sétima reunião extraordinária, através do aplicativo "Whatsapp", conforme Edital publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo de 24.05.2022, sob a Presidência do Senhor Deputado Waldeck Carneiro e com as presenças dos Senhores Deputados Luiz Paulo, vice-presidente, e Eliomar Coelho, membro efetivo. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente colocou para deliberação a realização de Audiência Pública para tratar do Projeto Metrô Leve da Baixada Fluminense, que foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Pricilla Schiavon Coutinho Lara, matrícula 201.861-2, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, 25 de maio de 2022. (a) Pricilla Schiavon Coutinho Lara - Secretária; (a) Deputado Waldeck Carneiro - Presidente.

Id: 2399476

Atos da Mesa Diretora

ATO "E"/MD/Nº 1590/2022

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 8238/2022,

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, **ISABEL SILVA PRADO LESSA**, matrícula nº 418.517-9, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar VII, símbolo CCDAL - 7, que vinha exercendo junto ao Gabinete da Deputada Dani Monteiro.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 2022.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 1591/2022

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 8277/2022,

R E S O L V E :

NOMEAR ISABEL SILVA PRADO LESSA, matrícula nº 418.517-9, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar IV, símbolo CCDAL - 4, junto ao Gabinete da Deputada Mônica Franciso, na vaga decorrente da exoneração de Camila Aparecida Marins Alvarenga Theodoro, concomitantemente com sua própria exoneração.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 2022.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 1592/2022

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 8687/2022,

R E S O L V E :

NOMEAR CARLOS VICTOR DE CARVALHO, matrícula nº 429.168-8, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar V, símbolo CCDAL - 5, junto ao Gabinete do Deputado Filipe Soares, na vaga decorrente da exoneração de Juliana Cantuária Rodrigues Sperling.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 2022.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 1593/2022

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 8770/2022,

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, **WALTER LEANDRO BARBOSA**, matrícula nº 428.955-9, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar VIII, símbolo CCDAL - 8, que vinha exercendo junto ao Gabinete da Deputada Lucinha.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 2022.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 1594/2022

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 8180/2022,

R E S O L V E :

NOMEAR LUAN DO AMARAL DE AZEVEDO, matrícula nº 424.235-0, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar VII, símbolo CCDAL - 8, junto ao Gabinete do Deputado Rodrigo Bacellar, na vaga decorrente da exoneração de Elias Rezende da Silva.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 2022.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 1595/2022

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 8712/2022,

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, **GRAZIELA DA ROCHA FELIZARDO**, matrícula nº 429.009-4, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar VIII, símbolo CCDAL - 8, que vinha exercendo junto ao Gabinete do Deputado Giovanni Ratinho.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 2022.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 1596/2022

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 8786/2022,

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, **PIERRE JOSÉ DA SILVA SANT'ANA**, matrícula nº 426.391-9, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar V, símbolo CCDAL - 5, que vinha exercendo junto ao Gabinete do Deputado Anderson Alexandre.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 2022.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 1597/2022

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 8548/2022,

R E S O L V E :

NOMEAR SAMUEL FRANCO FERNANDES, matrícula nº 429.169-6, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar I, símbolo CCDAL - 1, junto ao Gabinete do Deputado Renan Ferreirinha.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 2022.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO